

*Reunião da Assembleia Intermunicipal
15 de dezembro de 2025
Ata n.º 3*

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, o Presidente cessante da Assembleia Intermunicipal, António Maria dos Santos Sousa, deu início ao ato de instalação da Assembleia Intermunicipal para o mandato 2025-2029, começando por apresentar cumprimentos aos Membros do Conselho Intermunicipal e dar nota da eleição, para os diferentes órgãos da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, dos nossos Presidentes de Câmara.

Ponto 1 - Tomada de Posse dos Membros da Assembleia Intermunicipal

Passou-se à leitura da Ata de Posse, tendo os eleitos procedido à respetiva assinatura, após chamada individual.

Estiveram presentes os seguintes Membros:

Humberto José Tavares Moreira; Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida; Carla Eliana da Costa Tavares; Paulo Sérgio Gomes Tomaz; António Augusto Amaral Loureiro e Santos; Luís Fernando Leal Duarte Oliveira; Arménio Henrique Oliveira Martins Silva; Mónica Oliveira Estima Gameiro; Nuno Ricardo Costa Portovedo; Vera Lúcia Ladeira Rodrigues; José Pedro Silva Rodrigues Soares; Joaquim Pedro Ramos Pereira; Joaquim Manuel da Silva Marques; Sónia Patrícia Pinto Gomes; Armando Oliveira Peres; Gonçalo Nuno Caetano Alves; Fernando Manuel Martins Nogueira; Rosa Maria Monteiro Venâncio; José Augusto da Luz Matos; José Artur Pereira de Pinho; António Jorge Ferreira Borges; Maria de Lurdes Matos de Pinho; António José Flor Agostinho; Pedro Miguel Cristo Graça; Sérgio Manuel de Jesus Lopes; António José Carlos Pinho; António Maria dos Santos Sousa; Hugo Rafael da Silva Figueiredo; Carlos Alberto de Oliveira Barreiro; António Pedro Mendes da Silva Campos; Nuno Ricardo Veloso das Neves Costa Barata; Maria Inês Martins Pato; Manuel de Oliveira Reis; Sérgio Daniel Santos Morais; Maria da Graça Abreu Freire Valente e Silva; David Faria Pereira Oliveira; Martim Manuel Correia Guimarães Martins da Costa; Carla Maria Velado dos Santos; Sérgio Miguel da Silva Rodrigues; Cláudia Maria Rodrigues da Silva; João

Rodrigues Oliveira; Maria Margarida Coutinho Raimundo; José Augusto Ferreira Martins; Andreia Pereira Santos Marques; Alexandre Ferreira Marques.

Esteve ausente César Manuel da Silva Grave.

O Presidente cessante da Assembleia Intermunicipal saudou os Membros agora empossados, desejando que todos façam um bom trabalho, conjuntamente com o Conselho Intermunicipal, em prol da Região de Aveiro.

Ponto 2 - Eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal

O Presidente cessante da Assembleia Intermunicipal recebeu uma lista candidata à Mesa da Assembleia Intermunicipal, subscrita por dez Membros, entregue por José Augusto da Luz Matos, designada de Lista A, com a seguinte constituição:

- Presidente: António Maria dos Santos Sousa (Murtosa);
- Vice-Presidente: António Augusto Amaral Loureiro e Santos (Albergaria-a-Velha);
- Secretário: Maria da Graça Abreu Freire Valente e Silva (Ovar).

Não havendo mais listas, seguiu-se a votação, por voto secreto, após chamada individual, com o seguinte resultado:

Lista A, aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, doze votos brancos e um voto contra.

Os Membros eleitos para a Mesa tomaram o respetivo lugar.

O Membro Joaquim Pedro Ramos Pereira, tendo, entretanto, chegado, tomou posse.

O reeleito **Presidente da Mesa** agradeceu a confiança depositada e, de imediato, retomou os trabalhos, passando ao:

Ponto 3 - Apreciação e Votação das atas das sessões anteriores

Não houve pedidos para usar da palavra.

De seguida, colocou-se à votação as atas das sessões anteriores, com o seguinte resultado:

Ata nº 1/2025, de 14 de abril, aprovada por unanimidade pelos Membros presentes na referida reunião.

Ata nº 2/2025, de 5 de junho, aprovada por unanimidade pelos Membros presentes na referida reunião.

Ponto 4 - Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) desejou a todos os Membros um trabalho frutuoso, e começou por assinalar a iniciativa da Assembleia da República para resolver um problema que se arrastava há mais de 15 anos, a cobrança de portagens na A25, considerando que nunca houve vontade política de resolver esta questão. Referiu que a partir do momento em que, há um ano, uma parte da A25 estava já isenta, não fazia sentido termos o percurso final da A25 portajado. Considerou que foi uma luta longa e desesperante, e acredita que a partir de 1 de janeiro haverá benefícios imediatos na EN109. Questionou o que se passa na ligação rodoviária Aveiro-Águeda.

Paulo Tomaz (Águeda) deu nota da postura do grupo parlamentar intermunicipal socialista neste início de novas funções, de fiscalização democrática, de diálogo e empenho, evidenciada nas posições e votações a tomar no dia de hoje. Sobre a A25, recordou a Moção desta Assembleia e o posicionamento dos dois principais candidatos a Primeiro-Ministro, congratulando-se com o que foi agora decidido com a aprovação da Lei do Orçamento de Estado 2026, considerando que neste processo se deve realçar a importância dos órgãos autárquicos, da CIRA e a postura dos autarcas da região, que foi a correta. Manifestou preocupação com a ligação rodoviária Águeda-Aveiro. Questionou, igualmente, o ponto de situação da ligação da A25 a Sever do Vouga.

O Presidente do Conselho Intermunicipal começou por cumprimentar todos os Membros da Assembleia Intermunicipal e parabenizou a Mesa eleita. Congratulou quem tomou a iniciativa legislativa e referiu que custa perceber a posição dos deputados do distrito de Aveiro do Partido Social Democrata. Neste último ano, após a isenção de grande parte da A25, ficou a

sensação de injustiça pelas portagens no final da autoestrada e recordou que era algo que a CIRA já defendia há muito tempo.

Relativamente ao IC35, informou que o anteprojecto está aprovado e o corredor está definido, estando o projecto de execução em andamento.

Sobre a ligação rodoviária Aveiro-Águeda, informou que no próximo dia 23 de dezembro, os executivos de Águeda e Aveiro vão reunir extraordinariamente e aprovar o projecto de execução e as parcelas a expropriar, que já estão num processo muito avançado de aquisição. Recordou que o projecto se iniciou em setembro de 2022, o pedido para a Declaração de Impacto Ambiental foi enviado para a APA - Agência Portuguesa do Ambiente em março de 2024 e a resposta só deu entrada nos serviços municipais, com RECAP, a 30 de outubro de 2025.

Será um projecto que irá para além do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, mas as componentes de projecto e de expropriações serão financiadas pelo PRR. Será publicada uma Resolução do Conselho de Ministros, com verbas faseadas, plurianuais. As medições tráfego realizadas pelo IP - Infraestruturas de Portugal, entre 2020 e 2022, apontam para mais de 16.000 veículos/dia.

Período da Ordem do Dia

Ponto 5 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal relativa à atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

O **Presidente do Conselho Intermunicipal** destacou o evento na Índia, em Nova Deli, de reconhecimento pela UNESCO da inscrição do “Barco Moliceiro: Arte da Carpintaria Naval da Região de Aveiro” na Lista do Património Cultural Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente da UNESCO. A decisão foi conhecida na 20.ª sessão do Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que decorreu de 8 a 13 de dezembro.

Esta inscrição representa esse reconhecimento internacional do valor cultural e identitário do Barco Moliceiro e do saber-fazer associado à sua construção tradicional. É também o primeiro Património Cultural Imaterial da Humanidade na Região Centro.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Hugo Figueiredo (Murtosa) referiu que o Grupo Intermunicipal do Partido Socialista saúda e felicita os onze membros da CIRA pela decisão de avançar, de forma conjunta, para o processo de classificação e inscrição do Barco Moliceiro como património cultural imaterial da UNESCO. Estamos perante um passo histórico que reconhece não apenas como embarcação tradicional, mas como património coletivo identitário e vivo, profundamente ligado à história, à economia, à cultura e ao modo de vida das populações da Ria de Aveiro.

Destacou o Município da Murtosa, tantas vezes designado como a pátria do Barco Moliceiro, território onde se concentra a grande maioria das embarcações existentes, onde subsiste o saber-fazer. Enalteceu a realização da Grande Regata da Ria de Aveiro. É necessário melhorar substancialmente a comunicação e a divulgação do Barco Moliceiro, deficitária, muitas vezes um pouco tardia e centrada no canal urbano de Aveiro. É necessário criar incentivos e critérios rigorosos para evitar a proliferação de réplicas, que descaracterizam o Barco Moliceiro.

José Matos (Estarreja) partilha a satisfação com o reconhecimento do Barco Moliceiro pela UNESCO. Questionou o limite de velocidade na A25, não se percebendo, numa via com perfil de autoestrada e não compreendendo a localização do radar, uma vez que esta zona não será uma zona de sinistralidade. Solicitou esclarecimentos sobre as tarifas da água, com um agravamento significativo esperado e questionou que soluções podemos tomar. Solicitou o envio do Plano de Ação dos Fogos Rurais, discutido e aprovado recentemente.

O **Presidente do Conselho Intermunicipal** referiu que todo o trabalho realizado vai no sentido de preservar a arte da carpintaria naval. Esta questão não nos deve impedir de valorizar o que acontece nos canais centrais de Aveiro, com uma procura desmesurada pelos turistas, ela própria também uma forma de divulgação. Concorde com a importância de incentivos aos Mestres para transmitirem os saberes e deu uma palavra especial ao Município da Murtosa, cujo Presidente da Câmara da Murtosa foi justamente escolhido para integrar a delegação à Índia.

Sobre a limitação de velocidade na A25, referiu que foi com surpresa que o Conselho Intermunicipal teve conhecimento dessa questão e foram solicitados esclarecimentos, de quem encomendou o estudo e qual a finalidade. Referiu que o radar foi uma contraproposta às cortinas de som, num assunto articulado com o Município de Aveiro.

Relativamente à AdCL - Águas do Centro Litoral, referiu que o que falta fazer nas outras regiões não deve ser participado pela nossa região, recordando que as obras cá também não foram participadas, assentando num reconhecido modelo tarifário autossustentável.

Paulo Tomaz (Águeda) referiu que haverá suporte técnico para essa limitação de velocidade, designadamente a sinistralidade muito elevada e questionou se há algum estudo da nossa parte para defender os 120 km/h.

O **Presidente do Conselho Intermunicipal** referiu que a desconhecida justificação técnica só foi aplicada neste troço e que seria importante partilhar o estudo com as populações, recordando que há zonas de maior sinistralidade que se pode circular a 120 km/h.

Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal relativa à atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 6 - Apreciação e votação da Alteração Orçamental Plurianual 2025

O **Secretário Executivo Intermunicipal**, a solicitação do Presidente do Conselho Intermunicipal, informou que se trata de ajustar no processo da ampliação da sede da CIRA, para se poder avançar com um novo concurso de 2,9 milhões de euros.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Joaquim Marques (Aveiro) questionou o que se passou para este aumento de 40%, se foi um erro de cálculo inicial.

O **Secretário Executivo Intermunicipal** informou que inicialmente se avançou segundo a informação do projetista e o mercado mostrou que o valor estava ultrapassado pela realidade. Nesse sentido, o Conselho Intermunicipal fez um acerto para os 2,9 milhões de euros na perspetiva de garantir a presença de concorrentes, o que se verificou, uma vez que o Júri está neste momento a analisar as candidaturas.

De seguida, o **Presidente da Mesa** colocou à votação o sexto ponto da Ordem de Trabalhos, com o seguinte resultado:

Alteração Orçamental Plurianual 2025, aprovada por unanimidade.

Ponto 7 - Apreciação e votação da 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025

O **Secretário Executivo Intermunicipal** informou que se trata essencialmente de um acerto com a RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, que implica uma correspondência nas exigências do investimento e nas previsões para o futuro, atualizando as rubricas transferidas da Polis Litoral Ria de Aveiro, consolidando-se nos onze Municípios da Região de Aveiro, com a integração de Anadia. Com esta alteração modificativa pretende-se poder realizar uma parte do capital social e aproveitou-se para se efetuar um acerto no projeto Educ@RA.

Não houve pedidos para usar da palavra.

De seguida, o **Presidente da Mesa** colocou à votação o sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, com o seguinte resultado:

3ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025, aprovada por unanimidade.

Ponto 8 - Apreciação e votação da proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026 e Demonstrações Financeiras Previsionais

O **Presidente do Conselho Intermunicipal** referiu que as Comunidades Intermunicipais têm cada vez mais competências e são cada vez mais executores de políticas comuns. Destacou a harmonia entre os Presidentes de Câmara dos Municípios associados e referiu que se está perante o maior orçamento da CIRA.

O **Secretário Executivo Intermunicipal** referiu que a informação interna que acompanha o documento tem um retrato muito sumário das principais rubricas, apontando para um orçamento de 61,1 milhões de euros, sendo que as Grandes Opções do Plano são de 60 milhões de euros e os encargos de funcionamento são de 1,1 milhões de euros. Verifica-se um aumento de 7,37% em relação ao orçamento anterior, relacionado, essencialmente, com a consolidação das intervenções previstas no Baixo Vouga Lagunar, a Ponte-Açude e a Margem Esquerda do rio Vouga e o arranque previsto da construção do Dique do Baixo Vouga, com um valor de 24 milhões de euros.

Outro projeto que levou a este incremento orçamental é a Ampliação da Sede da Comunidade Intermunicipal, bem como o reforço na área dos transportes de 2,7 milhões de euros. O projeto dos Territórios Inteligentes, que transitou para 2026 e se está a iniciar, implicou um aumento de 2 milhões de euros face à execução prevista para 2025. Os encargos gerais, refletem esta realidade, com a entrada de mais funcionários e a possibilidade de termos um Secretariado Executivo Intermunicipal com dois membros.

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) salientou o maior orçamento de sempre, refletindo a capacidade de executar da CIRA. Considera importante a oportunidade de visitar os grandes projetos em execução, sempre que se justifique, para se ter noção do que se passa no terreno. Questionou o que é a Carta Social Intermunicipal e recordou a importância da obra do CIROA, uma intervenção que se arrasta, numa altura em que as soluções locais já foram avançando.

O **Presidente do Conselho Intermunicipal** informou que precisamos de um financiamento capaz para se poder avançar com a obra do CIROA, recordando que os projetos estão prontos.

Relativamente à Carta Social Intermunicipal referiu que espera que faça um retrato fiel do que se passa na região e promova uma melhoria significativa na área social, que se pode constatar já, após a assunção das competências pelos Municípios, com ganhos evidentes na rapidez de execução e proximidade de políticas.

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o oitavo ponto da Ordem de Trabalhos, com o seguinte resultado:

Proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026 e Demonstrações Financeiras Previsionais, aprovada por maioria, com onze abstenções, dos membros: Rosa Maria Monteiro Venâncio; Joaquim Pedro Ramos Pereira; Paulo Sérgio Gomes Tomaz; Sérgio Manuel de Jesus Lopes; Hugo Rafael da Silva Figueiredo; Carla Eliana da Costa Tavares; Fernando Manuel Martins Nogueira; David Faria Pereira Oliveira; José Artur Pereira de Pinho; Martim Manuel Correia Guimarães Martins da Costa; João Rodrigues Oliveira.

Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta de Delegação de Competências para Autorização de Compromissos Plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

O **Presidente do Conselho Intermunicipal** informou que se trata de uma autorização para agilizar procedimentos.

Não houve pedidos para usar da palavra.

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o nono ponto da Ordem de Trabalhos, com o seguinte resultado:

Proposta de Delegação de Competências para Autorização de Compromissos Plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada por unanimidade.

Ponto 10 - Apreciação e votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

O **Presidente do Conselho Intermunicipal** informou que se mantém a proposta de 1,5€ por eleitor.

Não houve pedidos para usar da palavra.

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o décimo ponto da Ordem de Trabalhos, com o seguinte resultado:

Contribuição Anual dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, aprovada por unanimidade.

Ponto 11 - Apreciação e votação da proposta de aumento do Capital Social e entrega de prestações acessórias à sociedade RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, S.A.

O **Presidente do Conselho Intermunicipal** informou que se pretende cumprir a nossa proposta de faseamento e de realização do capital social, com uma proposta de transferência de 400 mil euros ainda este ano. Referiu que a distribuição da comparticipação por Municípios é calculada com base na previsão dos trabalhos a realizar.

Não houve pedidos para usar da palavra.

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o décimo primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, com o seguinte resultado:

Proposta de aumento do Capital Social e entrega de prestações acessórias à sociedade RiaViva e Litoral da Região de Aveiro, S.A. aprovada por unanimidade.

Ponto 12 - Apreciação e votação da Lista dos Candidatos a Membros do Secretariado Executivo Intermunicipal

O **Presidente da Mesa** apresentou a Lista dos Candidatos a Membros do Secretariado Executivo Intermunicipal, constituída por dois membros, com a seguinte proposta de lista ordenada de constituição, conforme certidão da ata do Conselho Intermunicipal:

Para Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal: José Eduardo Alves Valente de Matos, com uma remuneração mensal nos termos do artigo 97.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para Secretário Executivo Intermunicipal: Guilherme Teixeira da Rocha Carlos, com uma remuneração mensal nos termos do artigo 97.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Inscreveram-se para usar da palavra:


José Matos (Estarreja) referiu que faz todo o sentido dar continuidade ao atual Secretário Executivo Intermunicipal, que considera estar a fazer um bom trabalho e concorda que faz sentido reforçar o Secretariado Executivo Intermunicipal, entendendo que o novo membro tem as competências adequadas para este tipo de função. Entende que faria sentido ter sido enviada a nota curricular dos dois candidatos, para melhor apreciação.

Seguiu-se a votação, por voto secreto, após chamada individual, com o seguinte resultado:

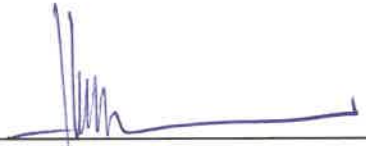
Lista dos Candidatos a Membros do Secretariado Executivo Intermunicipal. aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor e treze votos brancos.

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta.

Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.



Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
António Maria dos Santos Sousa



Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
António Augusto Amaral Loureiro e Santos



Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Maria da Graça Abreu Freire Valente e Silva

